

HETERONORMATIVIDADE: IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS PARA SUJEITOS NÃO-HETERONORMATIVOS

Cristina Roberta da Silva Reis*

Sara Angélica Teixeira**

Bárbara Gonçalves Mendes***

RESUMO

A heteronormatividade é uma padronização de sexualidade que regula o modo como a sociedade contemporânea está organizada, em um padrão de normalidade heterossexual, impondo normas sobre o corpo e limitando suas *performances*. Este artigo é resultado de uma pesquisa exploratória e qualitativa, em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas a fim de compreender como os sujeitos vivenciam e representam suas sexualidades no cotidiano. A pesquisa foi realizada em três cidades de Minas Gerais (Curvelo, Sete Lagoas e Belo Horizonte), contando com 7 (sete) entrevistados, que se reconhecem como: bissexuais, homossexuais e heterossexuais, no que tange à sexualidade e, quanto às *performances* de gênero, feminino, masculino e gênero fluido. O objetivo geral da pesquisa foi investigar como as normatizações relacionadas ao gênero e orientação sexual limitam os corpos e as experiências de sujeitos não-heteronormativos. Os dados foram analisados por meio da análise de discurso e a discussão deu-se a partir de três importantes eixos: 1) heteronormatividade e suas implicações nas subjetividades dos sujeitos; 2) preconceitos nítidos, velados e interiorizados; 3) formas de enfrentamento e superação. Os resultados evidenciam que tais normas sociais conferem aos sujeitos constantes discriminações em todas as esferas sociais e exercem forte influência na subjetivação e sociabilidade destes, principalmente no que diz respeito à falta de liberdade de ser e se representar enquanto indivíduo. Diante de tal cenário faz-se necessário a ampliação e aprofundamento de estudos que abarquem todas as formas de sexualidades, levando em consideração as multiplicidades de vivências postas para os sujeitos.

Palavras-chave: Heteronormatividade. Identidade de gênero. Orientação sexual. Implicações psicossociais.

ABSTRACT

Heteronormativity is a standardization of sexuality that regulates how contemporary society is organized, in a heterosexual normality pattern, imposing norms on the body and limiting its performances. This article is the result of exploratory and qualitative research, in which semi - structured interviews were conducted in order to understand how subjects experience and represent their sexualities in daily life. The research was carried out in three cities of Minas Gerais (Curvelo, Sete Lagoas and Belo Horizonte), with 7 (seven) interviewees, who are recognized as: bisexual, homosexual and heterosexual, regarding sexuality and, as regards the performance of Gender, feminine, masculine, and gender. The overall objective of the research was to investigate how gender-related norms and sexual orientation limit the bodies and experiences of non-heteronormative subjects. The data were analyzed through discourse analysis and the discussion was based on three important axes: 1) heteronormativity and its implications in subjects' subjectivities; 2) clear prejudices, concealed and internalized; 3) forms of coping and overcoming. The results show that such social norms confer constant discrimination on all social spheres and exert a strong influence on their subjectivity and sociability, especially regarding the lack of freedom to be and to represent oneself as an individual. Faced with such a scenario it is necessary to expand and deepen studies that cover all forms of sexuality, taking into account the multiplicity of experiences put to the subjects.

Keywords: Heteronormativity. Gender identity. Sexual orientation. Psychosocial implications.

* GRADUANDA do Curso de Bacharelado em Psicologia - Faculdade Ciências da Vida (FCV), Sete Lagoas - MG. Contato: cristinareis1@yahoo.com.br

** ORIENTADORA. Psicóloga Mestre em Psicologia Social e Professora da Faculdade Ciências da Vida (FCV), Sete Lagoas – MG. Contato: sarangelicapsi@gmail.com

***COORIENTADORA. Psicóloga Mestre em Psicologia Social e Professora da Faculdade Ciências da Vida (FCV), Sete Lagoas – MG. Contato: baarbaragm@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho entende-se a heteronormatividade a partir de um caráter produtivo da linguagem humana em suas mais diversas formas de expressão. A heteronormatividade é uma padronização de sexualidade e regula o modo como a sociedade contemporânea está organizada, segundo um padrão de normalidade heterossexual, prescrevendo como os sujeitos devem viver seus desejos e expressar suas sexualidades, e além de tudo, como devem habitar seus corpos. Costa (2012) explica que, o termo heteronormatividade foi instituído na década de 1990 pelo teórico social Michael Warner, para determinar o sistema de ideias que constitui a heteronormatividade como padrão. O termo parte de definições dicotômicas dos sexos biológicos (vagina/pênis) para determinar representações de gênero (feminino/masculino) e em subsequência, as orientações sexuais (heterossexual/homossexual).

Seguindo esses pressupostos, a atual normatização dos corpos e sexualidades na sociedade brasileira contempla apenas duas possibilidades de categorizações de gênero baseadas no sexo biológico: uma vagina que determina a mulher e um pênis que determina o homem. Não há nenhuma outra possibilidade que contemple outros modos de existir no mundo, a exemplo das pessoas intersex. Desse modo, a lógica baseada no sexo (genitália)-gênero-sexualidade está enredada na cultura e segue como modelo de “normalidade” a regra heteronormativa. Existe, com isso, a pretensão de regular as manifestações de masculinidades e de feminilidades, assim como as práticas sexuais possíveis (PETRYE; MEYER, 2012).

Para Mélló (2012) há uma afirmação científica de que a heterossexualidade é o modelo normal, que dita como se deve habitar o próprio corpo: de forma inerte, definido por uma marca genital. O que leva a refletir sobre a afirmação de que se deve constituir este corpo sexualizado a partir da existência de gêneros. Entretanto, quando há conflitos entre o “sexo biológico (genitália)” e o gênero abre-se espaço para problematização de questões relacionadas a gênero e sexualidade, levantando questionamentos sobre à bissexualidade, homossexualidade e transexualidade, tidos socialmente como torpes. Estas contra normativas evidenciam o questionamento da força compulsória da heteronormatividade para sujeitos que vivenciam outras sexualidades e expressões de gênero.

No Brasil, os estudos sobre gênero e as relações estabelecidas a partir deste começaram a surgir em torno da problemática da condição feminina, em meados do ano de

1970. Scott (1989) apresenta-nos que, o que se conhece sobre gênero é a luta contra um determinismo biológico, iniciada pelo movimento feminista americano. Neste contexto, os termos “sexo” e “diferença sexual” eram utilizados para definições normativas das feminilidades e, a partir de então, esse debate se expandiu. A autora, ao fazer uma análise histórica de gênero como uma categoria de construção do sujeito apresenta-nos duas definições iniciais do termo: (1) a constituição das relações sociais a partir da diferenciação dos sexos e (2) gênero sendo a priori a forma de significar as relações de poder.

Butler (1987), por sua vez, ao tratar da sexualidade humana, defende que as delimitações das sexualidades são de caráter puramente cultural, sendo a associação entre sexo, gênero e orientação sexual atribuições pré-definidas a partir da invenção de gêneros binários produzidos a partir da repetição das normas sociais. Segundo a autora, para se legitimar o sistema político de relações de poder, faz-se necessária a representação de um sujeito estável com uma identidade fixa. Entretanto, estabelecer a noção de um “sujeito uno”, invariável, com um único sexo e gênero possível, é recusar completamente a noção de existência de sujeito. A autora intitula como “repetição estilizada” o que se toma como comportamentos determinados por cada gênero, e define *performance* como sendo os comportamentos emitidos pelos indivíduos do que se conhece de feminilidade e masculinidade. Tais concepções podem ser apontadas de forma que os sujeitos tentam, de alguma maneira, se comportar o mais próximo possível de seu gênero social determinado. Portanto, a autora propõe a ideia de um gênero como efeito, ou seja, não um sujeito marcado e vedado em uma única possibilidade, mas sua identidade como forma de *performance*. Assim, sem sujeitos regulados e prontos, as práticas políticas pautadas no interesse destes indivíduos passariam por uma nova reforma de inclusão.

Na produção social do discurso há a categorização dos corpos e das relações humanas, nomeando gêneros e orientações sexuais. Para melhor compreensão, Michael Foucault (1988) reflete sobre isso. O autor propõe que os múltiplos discursos sobre a sexualidade foram articulados pela religião, pela psiquiatria, pela política e pela sexologia. Tais discursos, por sua vez, se encarregaram de produzir e controlar as “espécies” e suas formas de sexualidade, elaborando conceitos a partir da noção de perversão e anormalidade circunscritas nas variáveis de homossexualidade e transexualidade (FOUCAULT, 1988).

O presente trabalho justifica-se a partir da perspectiva de que os corpos têm sido classificados apenas como materialidades biológicas e pautados a partir de um determinismo que prognostica as possibilidades de sexualidades e manifestações concebíveis de gênero na cultura. Ao passo que, as representações subjetivas estão em

constante movimento e construção, serem pautadas em normas reducionistas confere à heteronormatividade um caráter de normalidade compulsória. Sendo assim, a heterossexualidade tomada como única possibilidade “natural” precisa ser problematizada. Isso se faz possível a partir de produções teóricas que assumam a perspectiva sociocultural, abordando-a como um campo de discursos e significações produzidos e legitimados.

Levantam-se, na pesquisa, questões acerca da categorização das relações dissidentes. Parte-se da hipótese de que esta normatização social da sexualidade é limitadora das expressões de corpo e da sexualidade, o que ocasiona prejuízos psicossociais e exclusão a sujeitos proscritos à heteronormatividade. Portanto, objetiva-se investigar as formas com que as categorizações de gênero e orientação sexual limitam os corpos e as experiências de sexualidade de sujeitos não-heteronormativos inseridos na cultura.

Problematiza-se, neste trabalho, como o controle histórico-social dos corpos e suas sexualidades afetam a vida de sujeitos bissexuais, homossexuais e transexuais. Para sua elaboração foram utilizadas pesquisas bibliográfica e de campo, de natureza exploratória e com fins qualitativos. As coletas de dados bibliográficos partiram de materiais selecionados de acordo com os clássicos da sexualidade em diálogo com teóricos atuais, sendo eles, principalmente, Michel Foucault, Judith Butler, Joan Scott, Guacira Louro, Ricardo Mélo e Jaqueline Gomes. Na investigação de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas, no intuito de compreender como os sujeitos colaboradores desta investigação vivenciam e representam suas sexualidades no cotidiano junto da sua *performance* de gênero. Ademais, a análise dos dados se deu a partir de uma análise do discurso, tendo em vista proposições que giraram em torno dos principais contextos de vida dos entrevistados da pesquisa (família, escola, rua/sociedade).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Scott (1989), a noção de gênero começou a ser problematizada junto aos movimentos feministas americano, que tinham como intuito a reformulação das distinções deterministas baseadas no sexo biológico. Naquele contexto, gênero definia as relações de poder regulando as manifestações de feminilidade e masculinidade na dicotomia homem/mulher, numa relação de dominação-submissão. A crítica da autora está na constante visão social da oposição entre homens e mulheres, que instaura entre estes uma relação de desigualdade.

A teoria de Butler (1993) sobre gêneros e suas *performances* apresenta-nos que, o discurso que se encarrega de diferenciar os corpos a partir de determinantes biológicos e lhes permitir uma identidade, é o mesmo usado para delimitar como anormal tudo o que foge ao binarismo contido nesta determinação. Isto é, somente a partir da identificação dos sujeitos com classificações sócio-historicamente estabelecidas, torna-se possível sua exclusão automática do padrão de normalidade social. Portanto, o significado e atributos do que é gênero, seriam dispositivos sociais criados para determinar e delimitar os corpos. Sendo assim, não se nasce com gênero, se aprende um gênero a partir da determinação biossocial.

Butler (1993) apresenta o conceito de gênero enquanto algo que limita os discursos do sexo. Parte-se da ideia de que a determinação feita a partir do “sexo biológico” funciona não somente como uma demarcação da diferença sexual, mas como a própria forma de normatizar e regular os corpos. Isto é, a diferença sexual (genitália) direciona uma materialidade normativa expressa nos discursos performáticos dos corpos que circulam. Dessa forma, diante das possíveis inadequações dos corpos às materialidades normativas, estes tentam se reajustar através das *performances*. Exemplo dessa adequação é dada por Rocon *et al.*, (2016), que demonstram em seu estudo que mulheres transexuais recorrem a procedimentos cirúrgicos assim como as mulheres cisgênero (aquele que se identifica com o gênero atribuído no nascimento) recorrem a diversas intervenções em seu corpo, como o uso de suplemento, fármacos hormonais, dietas extremas, exercícios físicos, procedimentos estéticos e cirúrgicos, para se adequarem melhor a um ideal de mulher. São justamente essas tentativas de adequações e reajustes que possibilitam a confirmação subjetiva e social do que é padrão. Isso incorre no reforço e manutenção de um padrão social tanto sexual como estético desta mesma “lei” regulatória dos corpos.

Sendo assim, a partir do momento em que o discurso de diferenciação está dado na materialidade corporal, torna-se indissociável a noção entre gênero e sexo biológico. Afinal, é com base nesta normatização que um corpo é qualificado, ou seja, é a partir da identificação articulada entre a definição de gênero e a inscrição do órgão sexual, que um corpo toma significado biológico, social, psicológico e político (BUTLER, 1993).

Portanto, Butler (1987) reafirma que a *performance* de todo e qualquer sujeito passa pela incorporação dessas normas de identificação culturalmente construídas e impostas para fazer-se dentro de um gênero. Este é o mesmo artifício que faz possível a regulação da heteronormatividade. Contudo, gênero e orientação sexual são impostos aos sujeitos como

possibilidades binárias e únicas, antes mesmo deste pensar na construção das subjetividades. Nesta perspectiva, o padrão de normalidade não deveria partir da imposição do “sexo biológico”, pois o sujeito constrói suas *performances* de gênero em diálogo com experiências que vivencia no social. Porém, o que acontece é que as *performances* são limitadas e julgadas como certas ou erradas com base no sexo-genitália, que funciona como um dispositivo de poder.

Neste sentido, se os corpos circulam socialmente em *performances* e padrões legitimados, um dos fortes padrões que regem a sexualidade é a heteronormatividade. Este é o termo utilizado para se entender as relações sociais humanas tidas como “normais”, configuradas a partir da relação entre homem e mulher. Em uma relação heterossexual, estes devem desempenhar papéis de acordo com seu órgão sexual: a mulher com vagina e feminilidade e o homem com pênis e masculinidade. Estão estabelecidos, assim, modos de ser e de viver a sexualidade e os desejos corporais. A necessidade de se normatizar estas relações, para Foucault (1987) está ligada a questões de poder que, em nossa sociedade, são exercidas numa relação de dominação e submissão dos sujeitos. Este controle está inserido desde o primeiro contato do sujeito com o sistema social em que se vive, em que se é educado num padrão que visa moldá-lo conforme a “normalidade” e obediência às relações de poder.

Para um entendimento histórico da forma pela qual a heteronormatividade foi inserida na cultura articulada às lógicas de poder, Foucault (1988) relata que, como forte incentivo a esta regulação, no século XIX atuava uma prática médica imbricada com saberes religioso e que servia aos dominantes da ordem social. Deixava-se claro o repúdio ao que consideravam patológico e ameaçava a “pureza” moral. Essa prática foi exercida em favor de uma conservação biológica e histórica, assinalando como verdade dois saberes distintos: “uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas”. O autor ressalta que, a sexualidade é um dispositivo histórico de poder e disputas pela prevalência de determinados saberes sobre outros. “É uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem verdades” (FOUCAULT, 1988, p.54 e 100). Nesses múltiplos saberes estão: organizações, leis, regulamentos, políticas, medidas administrativas, ciências entre outros que, reforçam os discursos de poder sobre os corpos.

Nota-se que, há um longo tempo o discurso de poder e ordem tem se ocupado de

formalizar a heteronormatividade e o binarismo dela decorrente, em um processo que visa disciplinar os indivíduos numa concepção anátomo-política que produz comportamentos e corpos reconhecidos como “adaptados” e “normais”. Petry e Meyer (2011) ressaltam que a sociedade tem vivido alienada às diversas formas de controle social assumidas como corretas e ideais.

Munido da máxima “Vigiar e Punir”, Foucault (1987) discorre sobre a vigilância dos corpos mantida pelas classes dominantes de saber, poder e economia, na ideia de que um corpo que se pode manipular, modelar e treinar, pode também obedecer. Para o autor, a disciplina dos corpos foi possível a partir da vigilância e da punição entre os indivíduos, já que as regras são dispositivos de poder individuais. A limitação gerada por esta regulação instaurou uma divisão individualizante, segregada e punitiva, pois disciplinava os indivíduos a viverem conforme as normas e leis.

Foucault (1988), Scott (1989), Louro (2000), Butler (2003), Costa (2012) e Dornelles (2013) discutem as formações e representações das identidades a partir de um sistema político de poder que sentencia as minorias, perpassando repressões principalmente no que diz respeito às dicotomias entre feminino/masculino e hetero/homosexual, fragilizando identidades proscritas a estas normas. Ressaltam ainda que as dominações de poder passam por um sistema embasado na definição de que um é oposição do outro, isto é, uma ideia de normalidade e anormalidade, em que o masculino é tido como superior ao feminino e, o heterossexual é o normal que reprime o homossexual. Tal crítica concerne à naturalização das identidades a partir do sexo biológico, já que estas são construídas através dos discursos que nomeiam e enunciam os corpos como sexuais através de possibilidades limitadas.

Esses teóricos reafirmam que há uma necessidade humana de se identificar, tanto para se diferenciar como para se igualar, e os discursos produzidos acerca dos corpos disponibilizam opções dicotômicas para que isto ocorra. Apresentam ainda que, para que os sujeitos possam se identificar e se representar, não requer, necessariamente, que ocorram a partir de uma construção social estável e limitante, mas em um contexto que permita oscilações, flutuações e multiplicidades das possibilidades humanas sem prévios discursos sobre estas (FOUCAULT, 1988; SCOTT, 1995; LOURO, 2000; BUTLER, 2003; COSTA, 2012; DORNELLES, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Define-se pesquisa como um processo sistemático pelo qual o pesquisador tem como objetivo buscar respostas aos problemas propostos e observados por ele. Segundo Gil (2002), a pesquisa é importante quando não há disponíveis informações necessárias para compreensão do problema, ou as informações que se dispõe não se encontram em ordem suficiente para que as relacione adequadamente ao problema.

Quanto aos fins, esta pesquisa é de natureza qualitativa e do tipo exploratória. Segundo Minayo (2001, p.14), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Já as pesquisas exploratórias, de acordo com Gil (2002), proporcionam uma maior aproximação com os problemas pesquisados, no intuito de esclarecê-los e/ou para se construir hipóteses sobre eles.

Nesta investigação, a coleta de dados foi conduzida em duas etapas. Na fase de elaboração do referencial teórico empreendeu-se uma revisão de literatura sobre heteronormatividade e categorização de gênero e orientação sexual, utilizados para o embasamento da pesquisadora na sua posterior inserção em campo. Para tal, foram utilizados como fontes de informação livros e artigos disponíveis em sites de busca acadêmicos, tais como Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), Scientific Electronic Libray Online (SciELO Brasil) e a Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas (Eduvale), bem como livros de teóricos clássicos da área.

No procedimento de coleta de dados realizou-se uma pesquisa de campo em que foi acessado um grupo de rede social virtual com temática LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), integrado por sujeitos de diversos gêneros e orientações sexuais. Ao acessar esse grupo e explicar os objetivos da pesquisa, foram contatados sete sujeitos que se mostraram interessados no processo. Estes colaboradores tinham idades que variavam entre 18 e 57 anos de idade e se autointitulavam com orientação sexual bissexual, homossexual e transexual e gêneros cisgênero, transgênero e fluido, apresentado no (Quadro 1) a seguir. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com temáticas que visaram compreender a auto definição de gênero e orientação sexual de cada entrevistado e analisar como os mesmos elaboram e vivenciam suas sexualidades e questões da heteronormatividade. Na data de encontro com cada entrevistado lhe foi

entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que os mesmos pudessem explicar eventuais dúvidas, conhecer o processo e atestar sua concordância com a realização da entrevista.

Quadro 1 – Identificação dos participantes da pesquisa

Identificação dos participantes	Idade	Gênero atribuído no nascimento	Identidade de gênero	Orientação sexual
Entrevistado 1 (E01)	19	Feminino	Feminino	Bissexual
Entrevistado 2 (E02)	28	Masculino	Transexual Feminino	Heterossexual
Entrevistado 3 (E03)	28	Masculino	Masculino	Homossexual
Entrevistado 4 (E04)	25	Masculino	Masculino	Homossexual
Entrevistado 5 (E05)	21	Masculino	Masculino	Homossexual
Entrevistado 6 (E06)	25	Feminino	Gênero fluido ou transgênero	Homossexual
Entrevistado 7 (E07)	57	Feminino	Feminino	Homossexual

Fonte: Dados da pesquisa

O tratamento dos dados se deu pela Análise do Discurso (AD) (BRANDÃO, 2004; ROCHA e DEUSDARÁ, 2006), que tem como foco de análise as construções do plano discursivo no qual linguagem e sociedade estão articuladas. A análise de discurso preza não pela objetividade mas, pela subjetividade das palavras ditas pelos sujeitos. O discurso do entrevistado não é tomado como verdade, mas é preciso ler nas entrelinhas do que se diz. O pesquisador elabora suas perguntas também em meio a um emaranhado ideológico e cultural que diz respeito a um lugar social que ocupa e que defende, não havendo nisso pretensa neutralidade. Neste interim, há um encontro subjetivo entre o pesquisador e o entrevistado. Então, são duas observações importantes sobre a produção discursiva dos sujeitos, quais sejam: as condições e construções em cima das quais o discurso é criado, e o efeito desse discurso na construção da realidade.

Dessa forma, após realização das entrevistas, as mesmas foram transcritas e analisadas minuciosamente atentando-se para a compreensão das informações pertinentes à problemática da pesquisa. A transcrição possibilitou a identificação de temas recorrentes nas entrevistas e reproduzidos socialmente. Buscou-se identificar o

que deve ser dito, e o que deve ser silenciado, conforme preconiza Pêcheux (1995 [1990]). Por fim, “a análise do discurso tem como objeto o próprio discurso e como foco o estudo da ‘língua funcionando para a produção de sentidos’”. Portanto, com o estudo do discurso pretende-se apreender a construção social e discursiva da realidade (ORLANDI, 1999, p.17.).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada em três municípios do estado de Minas Gerais (Sete Lagoas, Curvelo e Belo Horizonte) com uma amostra total de sete entrevistados com idades entre 19 e 57 anos de idade, dentre eles uma bissexual feminina, uma homossexual de gênero fluido, uma transexual feminina heterossexual, três homossexuais masculinos e uma homossexual feminina. As escolaridades dos participantes variaram entre ensino médio completo (E01, E02 e E04), curso superior em andamento (E05 e E06), curso superior completo (E03) e pós-graduação (E07). As entrevistas foram guiadas por um roteiro de perguntas abertas em que foram abordadas questões relativas a heteronormatividade e a sexualidade, tais como: sua orientação sexual; sua identificação com gênero; a educação heteronormativa em sua história; preconceito; reconhecimento de prejuízos em sua vida e superação.

O trabalho de campo pôde revelar que os entrevistados compartilham elementos referentes a regras heteronormativas desde suas memórias da infância até o presente momento, e vivenciaram, em sua maioria, manifestações de preconceito nos contextos da família, escola, comunidade e grupos sociais. Três experiências foram consideradas importantes nos discursos dos entrevistados: *Heteronormatividade e suas implicações nas subjetividades dos sujeitos; Preconceitos nítidos, velados e interiorizados e Formas de enfrentamento e superação*. Tais eixos dizem respeito aos principais contextos de vida dos entrevistados (família, escola, sociedade) em que houve relato de limitações e perdas.

4.1 Heteronormatividade e suas implicações nas subjetividades dos sujeitos

A partir dos dados coletados, notou-se a unânime presença dos parâmetros heteronormativos nos contextos dos entrevistados, os quais foram impostos e reafirmados

por discursos advindos da família, da escola e da sociedade em geral desde a infância, embasados em sua maioria, por saberes religiosos e historicamente herdados. Como nota-se na fala do entrevistado 02: *“As pessoas chegam perto de você falando que você não pode ser assim, que isso é feio, que você vai pro inferno e Deus vai te castigar, que você tem que ficar é com meninas. Você nasceu homem, você não nasceu mulher (E02).*

Quando eu era criança eu não tinha noção dos conceitos, e não sabia o que era homossexualidade, ser gay, também não era um assunto pautado na época, nem pela mídia. Mas desde pequeno eu sentia, pelos padrões de normalidade social que eu deveria gostar de meninas, então eu internalizei isso em mim e pra mim eu realmente gostava de meninas, até que certo ponto na minha adolescência eu despertei minha consciência e a partir daí eu notei que meu interesse era outro então eu me encaixei no que chamavam de gay, de homossexual (E05).

Eles [a sociedade] presumem a partir desse paradigma social que eu goste de meninas, a partir do momento que eu não digo o contrário. Não é cogitado o contrário. É presumido que todos nascem heterossexuais e algo fora disso é patológico, chega a ser algo ligado à doença (E05).

As falas acima mostram que existe uma verdade que é imposta e que rege as subjetividades e os modos de ser no mundo. Segundo Louro (2005), assim que se sabe o sexo biológico de uma criança, ainda que dentro da barriga da mãe, é conferida toda uma afirmativa ideológica e planos ao corpo deste ser que virá ao mundo. O sexo então, dessa forma, por meio da genitália, atua na vida dos sujeitos, mesmo antes do nascimento, como um dispositivo de poder, por meio de uma determinação que correlaciona sexo(genitália)-gênero- sexualidade, sempre permeada pela verdade da regra heteronormativa.

De acordo com Butler (2003), é a categorização dos corpos e de suas manifestações sexuais que produzem as delimitações representadas pelo gênero, e que é justamente esta classificação que se encarrega de segregar e punir os corpos que não se encontram nas normas a partir de dicotomias entre homem/mulher e heterossexual/homossexual. Quanto a isto, o entrevistado 05 relata: *“Eu acho muito errado essa questão de homens serem afeminados e mulheres masculinas, ou que tem que ter determinado vocabulário, isso é próprio da pessoa, isso não define se é algo bom ou ruim, não existe isso. A pessoa é o que ela é e pronto”*. No relato dos entrevistados, tais proposições foram notadas como limitantes de suas experiências, assim como conflitantes, já que há uma cobrança de que estes se encaixem em classificações bem delimitadas.

Algumas pessoas não acreditam que eu seja bissexual, acham que eu sou lésbica. Não é uma escolha. As pessoas acham que tudo deve ser 100% e tem muita coisa que não se encaixa dessa forma (...). Às vezes eu sentava de pernas abertas no

sofa e meu pai falava: Ah! Senta direito igual uma moça. Porquê? Não tem um por quê. Enquanto ele pode, porque eu não posso?! Eu fui criada no meio de meninos. e dentro de casa eu lavava vasilhas, arrumava casa, ficava responsável por isso e eles por atividade braçal e coisas do tipo, e eles têm isso: ah, isso é coisa de mulherzinha e isto é coisa de homem (E01).

Na minha família não foi fácil não, eu assumi com 14 anos porque as pessoas estavam contando, falando de mim, foi difícil, no começo meu pai não gostava, não aceitava, nem minha mãe. Depois meu pai começou a me aceitar e hoje em dia eu vivo bem com minha mãe, ela me aceita, me engole entende? É mais difícil na rua, pela sociedade do que dentro de casa, porque dentro de casa é família, então eles são obrigados a te escutar, mas, o mais difícil é a sociedade, na família a gente passa batido sabe? (E02).

Na época minha mãe disse assim: ‘eu não aceito, eu me conformo, porque não tem outro jeito né’ Mas ela sempre teve a esperança de isso ser uma fase e que eu ia namorar homens, engravidaria, daria netos pra ela e tal. Hoje acho que ela já tem bem menos esperança (E06).

Houve ainda, entre os entrevistados da pesquisa, relatos de que, o enfrentamento do preconceito e a falta de liberdade em representar e vivenciar suas sexualidades foram mais difíceis junto à família. Entretanto, houve relatos do inverso em que, a família, passa a tolerar e conviver com as diferenças do sujeito, entretanto, a escola e a sociedade se encarregaram de segregá-los e puni-los tomando parte das regras heteronormativas.

4.1.1 Educação Heteronormativa na família

Os entrevistados trouxeram, na sua construção da sexualidade, a família enquanto esfera de experiência e de formação discursiva. Há também a identificação da família como disseminadora de ideologias que irão influenciar a forma de se lançarem no mundo. Percebe-se a presença da heteronormatividade na vivência familiar em relação a sua educação cotidiana. Esta norma aparece nos discursos dos sujeitos como dispositivo de controle da sua subjetividade, na tentativa de restringir suas experiências em relação às normas para meninos e para meninas, eles deveriam entender desde cedo em qual delas se encaixavam. Os relatos dos entrevistados mostram uma separação drástica entre esses dois mundos e uma proscrição de outras experiências.

A minha família me reprimia muito, eu era um menino muito sensível gostava de ficar na minha desenhando ou brincando com minhas primas, mas sempre um tio ou meu pai falava que eu devia era brincar de bola ou algo do tipo(...), minha mãe não ensinou a gente a arrumar casa, ou a cozinhar porque era coisa de mulher (E03).

Este último mostra que, apesar de um discurso ideológico que oprimia as experiências que não condiziam com a sua identificação sexual e de gênero, encontrou uma forma de transgredir a norma, que era brincar escondido. Os estudos de Foucault (1987) auxiliam em analisar que os saberes produzidos em instituições como a família vigiam, controlam e punem os corpos. A família, enquanto primeiro grupo social em que o indivíduo tem contato e interação, é um campo de construção de subjetividades que se dispõe de conceitos e valores a serem elaborados e absorvidos pelos sujeitos.

(...) teve um dia em que eu e meu irmão brigamos, eu devia ter uns 16 anos, aí ele saiu correndo na casa da minha avó gritando que eu era sapatão, gostava de mulher, e minha avó me chamou e falou assim: “isso é mentira né? não é verdade né? porque se fosse, você nem seria minha neta mais”, nossa isso ecoa na minha cabeça até hoje, doeu demais na época, e hoje me dói ainda por saber que algo que eu sou, que não sei ser diferente, que me faz feliz, causaria uma consequência e uma mágoa tão grande em alguém (E06).

É neste contexto que há a apresentação de valores morais, promovendo a formação limitada de *performances* de gênero e de sexualidade. Para os entrevistados percebe-se que as normas aparecem de uma forma ou de outra. Nesta fala acima da entrevistada 06 nota-se como as partes afetivas e sentimentais se imbricam com a construção e reafirmação da norma.

4.1.2 Educação heteronormativa nos contextos sociais

Nota-se nos relatos de alguns entrevistados que as verdades estabelecidas sobre si são apresentadas como possibilidades e parâmetros a serem seguidos, tanto para a manutenção de seu ambiente privado, como social. Tais expectativas são relacionadas tanto à regulação de sua sexualidade, quanto à, de sua conduta. Pois sabe-se, mesmo que de forma indireta, que, algumas categorizações de gênero, raça, classe social, religião e orientação sexual podem ser determinantes para a história de vida dos sujeitos. O “desvio” das regras heteronormativas se apresenta como mais um empecilho para sua existência. O entrevistado 02 ilustra essa questão ao dizer: *“(...) não é só pra gente não, é pra todo mundo, mas pra gente a discriminação é pior sim. É uma pessoa de classe baixa que quer ir num lugar melhor, é uma gorda que se sente retraída e inferior, o negro, o homossexual, isso ai tudo é um diferencial”*.

Tal concepção é apresentada por Louro (1997), como sendo processos quase

invisíveis que atravessam os sujeitos com classificações para além do gênero feminino/masculino. Sujeitos brancos, heterossexuais, cisgênero e cristãos são tidos como superiores com base na valorização de alguns preceitos sociais em detrimento de outros. Para além dos seus “desvios” nas classificações de gênero e orientação sexual, foi mencionado pelos entrevistados determinações inscritas no que é papel social de homem e de mulher, num caráter permanente de oposição binária. Para Scott (1995), a compreensão social se pauta em tal diferenciação entre homens e mulheres a partir de uma análise de oposição, numa relação de poder e submissão. A norma de gênero é explícita nos seguintes relatos:

Difícilmente você vê uma mulher motorista, pedreira, alguma coisa assim, mais braçal, manual. É uma questão heteronormativa, não há espaço para todos, mas a gente não percebe que acontece. E isso atrapalha o desenvolvimento da sociedade, isso tem mudado sutilmente, a passos lentos, mas tem (E01).

Eu trabalho numa repartição pública e lá é rotineiro entre os homens, principalmente os mais velhos, associarem algo estranho ou fora dos padrões ao sentido do gay e taxar como “viadinho”, “boiola”, essas coisas (...). A minha questão mesmo de ser vegetariano e adepto da causa dos animais e do meio ambiente já me exclui do meio da masculinidade. Porque eles têm essa ideia de que o macho tem que ser alguém grotesco, bruto (E05).

Para Foucault (1987), o discurso social que normatiza os corpos foi engendrado pela produção de saberes e poder das esferas dominantes, como a burguesia, a medicina e a igreja. Nos relatos dos entrevistados, tal controle social ocorreu por parte de vários atores sociais, como a escola, a comunidade e a igreja.

Ah, você tem que mudar, ah vai pra uma igreja evangélica que Deus vai fazer obra na sua vida! Na escola tem uma história que eu não esqueço, a professora chamou uma pastora evangélica pra conversar comigo e com mais duas amigas minha, falando que nós tínhamos que virar homem, que não podíamos vestir de mulher e tínhamos que ser homens, (...), que Deus ia castigar, que a gente ia pro inferno. Achando que ia resolver, que isso é de religião, que era escolha nossa, que era opção (E02).

Teve um teatro na escola, quando eu era mais novo, que eu tinha que fazer o papel de um cavaleiro, e eu devia ser o cavaleiro. E tinha uma princesa. E por eu ser homem eu tinha que pegar o papel de cavaleiro e a menina de princesa, mas ninguém perguntou qual papel eu queria. Tem certas coisas que sempre eram impostas (E04).

Olha, eu achava que era errado porque a religião falava que era pecado e sempre falavam de um homem na cidade que ele era gay, ele era uma pessoa muito marginalizada, eu achava que ser gay seria ir por aquele caminho, que me tornaria alguém desprezado por todos. Eu tinha muitos tios homens, eles sempre faziam piadas de gays e coisas do tipo, isso de alguma forma fazia uma repressão (E03).

Louro (1997), e Felipe (2007) ressaltam que o ambiente escolar se apresenta como um dos principais contextos de interação social e de produção e reprodução de valores, sendo um espaço importante para formação das identidades dos sujeitos, principalmente no que tange a expectativas de gênero e sexualidade. Entretanto, este sempre foi um espaço utilizado para a realização de distinção e classificação dos sujeitos, sempre pautada num determinismo binário entre feminino/masculino, reafirmando as noções de poder entre homem e mulher em determinação aos seus papéis de gênero, se tornando um espaço de práticas sexistas, racistas e homofóbicas. Além disso, a escola tem sido um espaço de vigilância e regulação dos corpos, em que ocorrem práticas de segregação e negligência por parte tanto do corpo docente, como discente. Nas entrevistas foram mencionadas diversas situações condizentes com a situação apresentada.

Quando eu tinha uns 7 ou 8 anos queria participar de uma apresentação na escola e seria junto com as meninas, uma música da Angélica, aí a professora falou com minha mãe e fui proibido. Na época ela me levou em uma psicóloga e falaram que eu tinha que dançar era um forró com uma "morena", e não dançar música de Angélica (E03).

No ambiente escolar são muitos os espaços delimitados a partir das concepções de gênero, como por exemplo, as aulas de artes, educação física e uso dos banheiros. A respeito disso, Louro (1997) resalta que as noções que relacionam o gênero feminino ao “sexo frágil” e inferior ao gênero masculino são reafirmadas na escola, principalmente na área de Educação Física. O entrevistado 03 menciona que: “*Na escola eu odiava educação física porque tinha que jogar futebol, porque era o esporte dos meninos. Eu odiava*”. As atividades pré-determinadas não permitem a circulação dos sujeitos entre as atividades direcionadas para cada gênero. É ressaltado ainda pela autora que tais determinações se pautam na expectativa e reafirmação de desempenho diferenciado para cada sexo.

Nas falas dos entrevistados, tais questões puderam ser constatadas com clareza. É interessante notar também um elemento punitivo quando a norma não é seguida, o que mostra a atualidade da vigilância constante e da punição nas microrrelações.

4.2 Preconceitos nítidos, velados e interiorizados

Foram unânimes os relatos de situações em que os entrevistados sofreram algum tipo de preconceito com relação à sua orientação sexual e representação de gênero. Parte

destas dentro de casa, na escola, no emprego e no meio social. Tais situações acabaram por determinar questões subjetivas e sociais importantes na vida desses sujeitos, tais como afastamento de familiares e amigos, limitação das expressões de determinadas condutas com determinadas pessoas e locais, assim como situações mais graves em ter que sair de casa e ser agredido verbal e fisicamente. Como pode ser notado pela fala do entrevistado 01 que diz: *”Essas regras acabaram me causando isso, um afastamento do meu lar e do meu pai, um afastamento bem grande, porque hoje a gente nem conversa direito”*.

Eu não me assumi em casa porque meus pais, meus irmãos, os familiares, os amigos também não me aceitariam. Tinha uns colegas que zoavam de leve, mas tinha alguns que eram uns filhos da puta, sempre faziam de maldade. Então na rua, no meu bairro, eu sofria muito. Eu quase sofri uma agressão física, um menino tentou jogar um pedaço de pau nas minhas costas quando eu estava indo embora, um menino que mora no meu bairro (E04).

(...) e eles fizeram uma caça às bruxas, a mãe dela sempre a humilhava, batia, privava de muitas coisas, e nos perseguia, literalmente, saia procurando a gente na rua, a gente tinha que se esconder, xingava a gente, quando a gente fugiu ela queimou as roupas da minha ex, (...) foi uma época horrível, eu tinha que me comunicar com ela através de cartas. A mãe dessa minha ex-namorada tentou me dar uma garfada numa festa uma vez (E06).

Notou-se a partir dos discursos dos entrevistados que, a discriminação decorrente dos seus “desvios” das regras heteronormativas nem sempre era notada como uma violência direta e que, de certo modo, tais práticas passavam muitas vezes a ser corriqueiras e ignoradas. Questão possível de ser notada a partir das falas dos entrevistados 03 e 05 que relatam: *“Tenho certa dificuldade em fazer amizade, de me aproximar. Já melhorou, mas sempre fica aquele pensamento de que estão me julgando. Acho que minha mente acostumou com a mentalidade de se reprimir” (E03).*

O fato de ter dificuldade em me aproximar das pessoas, me sentir sempre acuado de alguma forma, é consequência dessas regras, sem perceber fico preocupado se vão me julgar por ser gay. Sempre me sinto desconfortável em alguns lugares, me sinto inseguro (E05).

Essas crenças são entendidas como a própria interiorização da validade das regras heteronormativas, em que os sujeitos da pesquisa se sentem desajustados e, ao mesmo tempo, inferiorizados por estarem excluídos. A dificuldade em lidar com tais conflitos internos e externos podem causar aos sujeitos implicações subjetivas e sociais que interferem diretamente na saúde, tais como isolamento social, autculpação, transtornos de ansiedade, transtornos depressivos, entre outras questões em que há

necessidade de intervenções medicamentosas e de profissionais de saúde mental.

Porque às vezes eu tenho umas crises. Tipo assim às vezes eu tenho, a minha psicóloga fala que é transtorno de ansiedade, tipo assim, quando acontece alguma coisa eu começo a suar, às vezes eu gaguejo, começo a tremer. Às vezes, pelo fato de eu ter sofrido tanto quando era mais novo com o preconceito, atingiu o que eu sou hoje. Porque o pessoal me zoava na rua. Então isso me afetou de certa forma. Eu acho, acho não, eu tenho certeza que essa ansiedade é devido a tudo isso de ruim que eu passei (E04).

Eu tomo remédios para depressão e ansiedade (...). Mas essas angústias que sempre senti, por ser a errada, a pecadora, a inferior, me causou muitos danos, eu vinculo minha depressão e a minha falta de lugar no mundo e à muitas coisas relacionada não só ao preconceito, mas ao eu não poder ser quem eu sou, e se eu for, posso não ser amada, não ser aceita e ser rechaçada. Eu já pensei em matar muitas vezes, não só por causa da minha orientação, por um montante de coisas, sempre senti que não podia ser quem eu sou, tinha que ser a filha perfeita, educada, inteligente, arrumadinha, mas sei que se eu pudesse ter sido quem eu sou desde sempre, muitas coisas seriam diferentes (E06).

Essa concepção parece ter instaurado uma forma de autopunição ou privação de seus desejos e direitos. Louro (1997), fazendo uso das reflexões de Britzman (1996), ressalta que é muito provável que desde a infância os sujeitos proscritos à heteronormatividade aprendam a esconder seus desejos tidos como desviantes, por julgá-los como indevidos e/ou anormais. Seguem os relatos mais emblemáticos:

Foi quando eu fiz uns 19 anos que eu comecei a entender que eu gostava dos meninos. Acho que eu sentia atração e reprimia, fugia da verdade, evitava para não sentir. Eu lembro que quando comecei a conhecer meu corpo e veio a masturbação, eu pensava em rapazes, mas no final eu chorava e ficava arrependido (E03).

Se eu me comportasse e me vestisse do jeito que eu gosto, eu não conseguiria empregos bons, tipo conseguiria em supermercado, lojas, mas eu nunca gostei disso, me saio bem em coisas administrativas e financeiras, que são de um status melhor, vamos se dizer assim, (...) quando vou à casamentos e festas mais formais sou obrigada a colocar sandália, vestidos, saias e isso me incomoda muito porque não me sinto bem(...) tem lugares que a gente deixa de frequentar, e os que a gente é obrigado a ir, a gente se sente mal. Eu sei que tem grupinhos na faculdade que não me deixam aproximar por preconceito, sei que deixo de ser valorizada por preconceito (E06).

Louro (1997) faz uma constatação de que essas concepções de ver-se como abjeto fora das determinações da heteronormatividade, pode ser significado pelo próprio sujeito como uma condição anormal, patológica e ilegítima de sexualidade. Pois lhe foi ensinado e reafirmado, em todas as esferas e contextos de sua história de vida, que tais representações de identidade devem ser desprezadas e rejeitadas.

Quanto às situações de preconceito ou discriminação se tornarem tão frequentes que

os sujeitos passam a lidar com isso de forma banal podem ser entendidos como uma forma de reconhecimento alienado de que seus desejos realmente dizem de algo ruim, pecaminoso, impuro e incorreto. Pode-se ser pensar ainda que, tal convivência com as regras que classificam e limitam seus corpos, advém de uma desesperança de que, essa visão social e tais situações de violência nunca deixarão de ocorrer. O entrevistado 06 ilustra: “*Acho que a gente internaliza tanto que é apagado do nosso querer e da nossa memória, às varias coisas que fizemos para agradar e deixamos de fazer para não incomodar*”.

Quando questionado aos entrevistados, como estes imaginariam que seriam suas histórias de vida se estes estivessem nascidos em uma sociedade sem regras heteronormativas, todos tiveram grande dificuldade em imaginar suas histórias de vida em uma realidade tão diferente. Mas, afirmaram que seriam mais livres e com certeza mais autênticos.

Eu não iria ser obrigado a fazer coisas que são consideradas que homem tem que fazer (...) mulheres que teriam os mesmo deveres que eu, não seria só obrigação minha. Eu seria mais feliz, eu enxergaria o mundo de outra forma. Eu poderia ter mais liberdade, coisa que não tenho hoje. Eu acho que eu seria melhor do que eu sou hoje. Eu acho que seria muito mais feliz não tendo sofrido o que eu sofro (E04).

4.3 Formas de enfrentamento e superação

No que diz respeito à educação heteronormativa recebida, às situações de preconceito e todos os aspectos de prejuízos causados aos sujeitos por estarem fora dos padrões heteronormativos, notou-se que os sujeitos de uma forma ou outra enfrentaram tais situações. Alguns deles de forma consideravelmente positiva.

Foi há trinta anos atrás, eu tinha 27 anos de idade e era casada com um homem, e aí de repente me vi apaixonada por uma amiga que tinha acabado de assumir sua homossexualidade. Não tive nenhum conflito interno por isto, não escolhi, só senti. E me senti mais inteira comigo mesma (...). O difícil foi me divorciar (E07).

Eu não precisei experimentar ficar com homem, eu simplesmente sabia disso, meu interesse sexual pra mim era claramente por rapazes e não tive nenhum conflito com isto. Eu internalizei isto, foi natural, porque eu também sempre fui meio alheio aos padrões da sociedade, eu nunca me delimiti (E05).

Algumas formas de enfrentamento de tais questões se deram no campo do abandono, da dissociação, do afastamento e da independência. Alguns dos entrevistados

relataram com grande pesar as perdas, especialmente no campo familiar.

Quando tive que sair de casa foi muito ruim, eu chorei o dia inteiro no meu serviço, foi horrível, porque é uma coisa tão pequena, tão boba. Me tirou além da minha casa uma instabilidade que, por mais que ele tenha os preconceitos dele, era com ele que eu contava (E01).

Me sentia horrível e sozinho. Achava que jamais ia ser eu mesmo, tinha medo o tempo todo, era de certa forma muito amargurado para um menino jovem. Eu fui para o seminário como uma forma de fuga, por achar que ser padre era uma forma de me esconder sexualmente, ninguém ia perguntar o porquê eu não estava namorando (E03).

Eu me torturava muito. Tipo assim quando eu chegava em casa, eu ia pro quarto trancava a porta, ficava desenhando, ouvindo música, chorava horrores, horrores, chorava e nem comia. Eu estava mal, eu entrava pro quarto e era tipo o meu refúgio (E04).

Nota-se que a superação se deu de forma individual, ou seja, cada um buscou uma forma de enfrentar o abandono, seus medos, suas angústias. O que não foi possível em conjunto ou em grupos, já que a história de vida e os discursos nela preponderantes eram de que a sua sexualidade era algo pecaminoso, fora dos padrões. E qualquer desvio à norma sempre foi severamente punido desde a infância, conforme já exposto anteriormente. Os discursos que vigiam não permitem no social a sua superação, sendo que as brechas para a transformação foram encontradas inicialmente no âmbito pessoal pelos entrevistados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados no presente artigo através da revisão de teorias que concernem à sexualidade, assim como, a pesquisa de campo feita junto aos sujeitos, pôde-se vivenciar a partir dos discursos dos participantes, a forma com que as imposições heteronormativas atingem diretamente suas vidas, de forma a alterá-las consideravelmente em níveis inconcebíveis para uma sociedade que se pauta em normas reducionistas, preconceituosas e danosas às vidas desses sujeitos.

No meio social são notadas muitas formas de se representar masculinidades e feminilidades. Da mesma maneira, não se representar a partir de tais delimitações impostas por um discurso pré-estabelecido antes mesmo que um corpo venha ao mundo, é um desafio a ser superado, já que há normas e discursos ideológicos que determinam o destino e as possibilidades dos sujeitos. Os discursos transgressores a isso devem conhecer as ferramentas pelas quais foram enraizados, quais sejam: Estado, igreja, medicina, psicologia,

escola, entre outros. Pois mudanças tornam-se possíveis a partir do momento em que a minoria atingida por tais processos de dominação notam seus direitos e formas de lutar por um espaço em que existem tantas normas inquestionáveis.

O que é representado atualmente pelos conceitos de gênero e orientação sexual serve como dispositivos de poder para produção de desigualdade entre homens e mulheres, sendo estes heterossexuais, cisgênero ou não. Tendo em vista que os sujeitos estão em constante construção, faz-se produtiva a análise e reformulação de tais pressupostos que banem as muitas formas de *performances*.

Sabe-se que alguns costumes, tradições e normas sociais consideradas nocivas, necessitaram anos, décadas e até mesmo séculos para passar por questionamentos e mudanças que no entanto, ocorreram. Mudanças a respeito de uma visão heterogênea que tenta enquadrar e regular os indivíduos de forma idêntica, anulando suas individualidades e subjetividades. Deve-se partir, inicialmente, de uma investigação exploratória sobre como as normas sociais funcionam, em que se apoiam e como foram produzidas e reproduzidas, para que, posteriormente, possa-se passar por reformulações que possibilitem novas realidades que propiciem liberdade para que os sujeitos possam vir a ser.

Buscou-se, nesta pesquisa, contribuir para uma melhor compreensão a respeito das dificuldades enfrentadas pelos sujeitos entrevistados frente às regras heteronormativas, no que diz respeito às categorizações e limitações de suas expressões de gênero e sexualidade, assim como a discriminação recorrente destes, em todos os contextos sociais. Isso implica na necessidade de mais pesquisas acerca do tema que se fundamentem em análises menos reducionistas. As limitações da pesquisa dizem respeito ao tempo reduzido para realização da pesquisa e ao seu caráter exploratório, uma vez que o número de sujeitos, as orientações sexuais e as identidades de gênero, bem como o território abrangido, poderiam ter sido mais plurais e amplos, implicando a necessidade de outros estudos que aprofundem na temática.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. rev., Campinas: Editora Unicamp - 2004.

BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e Realidade*. Vol. 21(1), jan/jul.1996.

BUTLER, Judith. “*Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault*”. In: BENHABIB, S. & CORNELL, D. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de

Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: On the discursive limites of 'sex'*. Nova York /Londres: Routledge, 1993: pp.1-16. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva no livro *Corpo Educado de Louro*, 2000.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, A. B. *Preconceito contra orientações não-heterossexuais no Brasil: critérios para avaliação*. Porto Alegre, 2012.

DORNELLES, P. G. A *(hetero)normalização dos corpos e práticas pedagógicas da Educação Física escolar*. In. Porto Alegre, 2013.

FELIPE, Jane. *Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e formulação de políticas públicas*. Pro-Prosições. V 18, n. 2 – 2007.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 4.ed. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhte. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Poder e saber*. In:_. *Estratégias, poder saber*. MOTTA, M. B. da (org.). Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GIL, A. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas S.A. 2002.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista* / Vozes, 1997.

LOURO, G. L. *Pedagogias da Sexualidade*. IN: WEEKS, J; BRITZMAN, D; HOOKS, B; PARKER, R; BUTLER, J. (orgs.). *O corpo educado*. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 176p. 2000.

LOURO, G. L. *Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação*. Estudos feministas – 2001.

LOURO, G. L. *Heteronormatividade e homofobia*. In: Notas para conferencia de abertura do I Simpósio Paraná-São Paulo de Sexualidade e Educação Sexual, Araraquara, abril de 2005.

MÉLLO, R. *Corpos, heteronormatividade e performances híbridas*. Psicologia & Sociedade; 24 (1), 197-207, 2012.

MINAYO, M. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes,

1999. PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas, Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (1975)*. Campinas: Editora da Unicamp - 2009.

PETRY, A. R; MEYER, D. E. *Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa*. Textos & Contextos: Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, 2011.

ROCHA, D. O. S.; DEUSDARÁ, Bruno. *Análise de conteúdo e Análise do discurso: o lingüístico e seu entorno*. DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 22, n.1, p. 29-52, 2006.

ROCON, P. C. *et al*. *Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde*. Ciência & Saúde Coletiva, Espírito Santo, 2016.

RODRIGUES, C. *Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida*. Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latino Americana, Rio de Janeiro, n.10 - abr. 2012.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica (1995)*. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.